



Impacto da política neoliberal na desindustrialização brasileira e discussão sobre uma recuperação sustentável

Aimê Sprotte¹

Resumo

O artigo discute a retomada da industrialização no Brasil após um período significativo de desindustrialização, argumentando que uma abordagem neoliberal, que prioriza o crescimento econômico sem considerar os imperativos sociais e de sustentabilidade, não é eficaz. O estudo realiza uma revisão crítica da literatura para analisar como a política neoliberal agravou a desindustrialização no Brasil e propõe formas de reindustrialização alinhadas ao desenvolvimento social e sustentável.

Palavras chaves: Desindustrialização; Neoliberalismo; Desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A participação do setor industrial na economia Brasileira começou a decair desde meados da década de 1980, processo que já foi investigado e qualificado por estudos teóricos e empíricos como desindustrialização (NASSIF, 2008).

A desindustrialização no Brasil aumenta a dependência da exportação de commodities, expondo a economia a flutuações de preços internacionais e a choques externos, o que resulta em importações de produtos manufaturados com preços definidos externamente. Isso deteriora os termos de troca, cria déficits comerciais e instabilidade econômica, dificultando o progresso tecnológico e a competitividade global do país (MAIA, 2020; MIKAEL, 2019; NASSIF, 2008).

Eventos recentes, como a crise da COVID-19 e a guerra Rússia-Ucrânia, agravaram essa situação, reduzindo a produção de bens manufaturados e aumentando a exportação de produtos primários devido à demanda externa (Albanaes, 2023). A expansão comercial da China também contribuiu, reforçando a especialização e dependência brasileira de produtos primários, especialmente com os países do BRICS (POCHMANN et al., 2023; CAMARGO, 2023; ALBANAES, 2023). Esses fatores destacam a urgência de discutir não só o histórico de desindustrialização no Brasil, mas também explorar futuros alternativos.

Diversas teorias explicam as causas e impactos dessa desindustrialização: a teoria da dependência (CEPAL), a teoria da taxa de câmbio (monetarista), o ciclo de vida industrial (neoclássica), a tecnologia e inovação (Schumpeteriana), e as políticas econômicas voltadas para a indústria (Keynesiana). Este estudo busca intersectorialidade entre essas contribuições para alinhar industrialização, pautas sociais e ambientais, promovendo desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2005; BUSTELO, 1999).

O objetivo geral deste estudo é analisar como a política neoliberal agravou o problema da desindustrialização no Brasil e como pode ser dada sua retomada aliada a um desenvolvimento social e sustentável. Em termos específicos, busca-se

¹ Departamento de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



- a) Apresentar brevemente como se deu o processo de industrialização no Brasil, ressaltando a substituição de importação e o pensamento cepalino;
- b) Analisar o pensamento neoliberal e como ele agravou a desindustrialização no Brasil;
- c) Explorar os conceitos da desindustrialização, e como ela se acirrou desde o governo FHC, passando pelos governos petistas, até os governos de Temer e Bolsonaro;
- d) Discutir como o fortalecimento recente do bloco BRICS pode desempenhar um papel fundamental na promoção da revitalização da industrialização brasileira, e; por fim, abordar maneiras de fomentar a interconexão entre políticas industriais, sociais e ambientais, explorando a relevância da sinergia para o avanço do desenvolvimento sustentável.

O estudo é organizado em cinco capítulos: o Capítulo 2 traz um histórico da industrialização no Brasil, destacando a substituição de importações e o pensamento Cepalino; o Capítulo 3 aborda o pensamento neoliberal; o Capítulo 4 discute o processo de desindustrialização sob diferentes governos; o Capítulo 5 explora a industrialização brasileira no contexto do fortalecimento dos países do BRICS; e o Capítulo 6 apresenta as considerações finais.

2 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O Brasil sofreu um atraso significativo na industrialização em comparação com países mais avançados, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos, Rússia e Japão, devido ao longo período de escravidão que persistiu até 1888. Durante esse período, o país se concentrou em monoculturas de exportação, especialmente café, utilizando trabalho escravo, o que limitou o desenvolvimento do mercado interno devido ao baixo poder aquisitivo dos escravos e dos trabalhadores livres de subsistência (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

A abolição da escravidão em 1888 não trouxe industrialização imediata, pois não havia incentivos para trabalhadores assalariados. Com a proclamação da República em 1889, o Brasil manteve uma economia agrário-exportadora, centrada na produção de café, e políticas econômicas para manter elevadas as receitas de exportação. A desvalorização da moeda e a falta de barreiras tarifárias facilitaram a entrada de capitais estrangeiros, prejudicando a competitividade das indústrias brasileiras, enquanto a instabilidade econômica e os conflitos entre a elite rural e a burguesia urbana retardaram ainda mais o progresso industrial (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

Mesmo diante dessas dificuldades, houve tentativas de industrialização, especialmente entre 1889 e 1930, com crescimento na produção de bens manufaturados durante períodos de aumento de preços de importados. Contudo, a Grande Depressão de 1929 desestabilizou a economia, levando à redução do crédito externo e à Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

A Revolução de 1930 marcou uma mudança na política econômica, com o país buscando alternativas ao liberalismo econômico e explorando o planejamento estatal para corrigir desequilíbrios. Isso iniciou uma nova fase de diversificação e desenvolvimento industrial (BORGES e CHADAREVIAN, 2010). Sob o governo Vargas, o Brasil adotou políticas protecionistas, promovendo a substituição de importações e o desenvolvimento de setores estratégicos, como os químicos e siderúrgicos, além de introduzir medidas sociais como o salário mínimo e a regulamentação trabalhista (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).



O auge do desenvolvimentismo ocorreu durante o governo de Kubitschek com o Plano de Metas, que acelerou a industrialização e melhorou a infraestrutura, apesar dos desafios relacionados à falta de investimento social e financiamento inflacionário. A crise econômica da década de 1960, com queda no crescimento e aumento da inflação, refletiu essas dificuldades (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

O governo de João Goulart tentou conter a inflação e promover a distribuição de renda, mas medidas pró-trabalhadores geraram tensões políticas e dificuldades na obtenção de empréstimos internacionais, ilustrando o conflito entre o desenvolvimentismo e as pressões conservadoras (BORGES e CHADAREVIAN, 2010). Após o golpe de 1964, o governo militar adotou políticas econômicas ortodoxas para controlar a inflação, promovendo restrições monetárias e recebendo investimentos estrangeiros significativos, o que aumentou a dependência de capitais externos. O "milagre econômico" (1968-1974) trouxe crescimento industrial, mas a crise mundial de 1974 e o endividamento externo levaram a uma crise profunda nos anos 1980, com recessão e inflação descontrolada (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

2.1 A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

A estratégia de Crescimento por Substituição de Importações (SI) foi adotada por alguns países da América Latina após a Grande Depressão de 1929. A teoria clássica do comércio internacional, baseada nas vantagens comparativas, sugere que cada país deve se especializar na produção de bens nos quais tem vantagens de custo, aumentando o bem-estar social. No entanto, a SI propõe uma abordagem protecionista, onde países subdesenvolvidos protegem suas indústrias nascentes, estimulando novas atividades, mesmo que inicialmente com custos mais altos que os importados (SOUZA, 2005).

As vantagens da SI incluem a adoção de processos de produção de outros países, estimulando aprendizado e geração de técnicas locais. A SI visa equilibrar a Balança de Pagamentos, reduzindo importações com quotas, licenciamentos, tarifas elevadas e proibições. Não implica necessariamente o fechamento da economia, mas pode proteger indústrias existentes contra a concorrência externa, promovendo crescimento econômico ao fortalecer a base industrial, estimular o aprendizado tecnológico e aumentar a produtividade (SOUZA, 2005).

Críticas à SI incluem o aumento da concentração de renda devido à proteção de setores monopolistas em detrimento de setores mais competitivos, além de criar gargalos e ineficiências no sistema econômico. A SI também pode prejudicar a agricultura e as exportações, reduzindo a oferta interna de bens de consumo e aumentando a inflação. Além disso, as perdas de renda decorrentes dos custos da proteção podem limitar o crescimento econômico a longo prazo (SOUZA, 2005).

Em resumo, a SI é uma estratégia protecionista adotada por países em desenvolvimento para promover o crescimento industrial interno, mas enfrenta críticas devido às suas implicações na distribuição de renda, na eficiência econômica e nas relações comerciais internacionais (SOUZA, 2005).



2.2 O PENSAMENTO CEPALINO

No final do século XIX e início do século XX, o capitalismo mundial entrou na fase imperialista, caracterizada pela expansão monopolista e pela divisão global em colônias e áreas de influência. Lenin (1991) definiu essa fase como a união do capital produtivo industrial com o capital financeiro, onde economias hegemônicas, como a Inglaterra, descentralizaram seus setores industriais para explorar mão-de-obra barata em outros países (MARX, 1974). Esse imperialismo levou à formação de uma "oligarquia financeira", subordinando o capital industrial ao bancário (LENIN, 1991). Trotsky (2007) chamou esse fenômeno de Desenvolvimento Desigual e Combinado, visível em regiões como a América Latina, que se desenvolveram sob um capitalismo já estabelecido.

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina enfrentou atraso e subordinação ao centro capitalista, influenciada pelo imperialismo dos EUA e Europa. A CEPAL, liderada por teóricos como Prebisch e Celso Furtado, contestou a teoria de vantagens comparativas de Ricardo. Prebisch (1950) argumentou que economias periféricas especializadas em produtos primários sofriam com manipulações nos termos de troca, enfraquecendo sua estrutura. Ele e Furtado defendiam a industrialização e a substituição de importações como chaves para o desenvolvimento (BARUCO, 2015).

Nos anos 1960 e 1970, os teóricos da dependência, com base marxista, se opuseram a essa proposta. Marini (2005) descreveu uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em que as relações de produção são alteradas para manter a dependência. Na América Latina, a superexploração do trabalho, com a extensão da jornada, aumento da intensidade e redução do consumo dos trabalhadores, visava aumentar a mais-valia e compensar a transferência de valor para o exterior (MARINI, 2005).

A CEPAL, ao discutir a flexibilidade dos termos de troca, não abordou completamente a razão pela qual essas economias dependiam da produção de produtos primários. Marini (2005) argumentou que a proteção comercial forçava esses países a produzir ainda mais produtos primários, perpetuando a dependência. Assim, enquanto as teorias tradicionais e a CEPAL viam as economias como blocos independentes, a teoria da dependência as entendia como partes de um sistema capitalista global que construía e reproduzia zonas periféricas e centrais (CAPUTO, PIZARRO, 1970).

Criada após a Segunda Guerra Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) buscou promover o desenvolvimento econômico na região, influenciada por economistas como Raúl Prebisch e Hans Singer. Prebisch destacou a desigualdade estrutural entre economias centrais, homogêneas e diversificadas, e economias periféricas, especializadas em produtos primários, o que levava à dependência dos preços internacionais. Hans Singer argumentou que os países exportadores de produtos primários enfrentavam deterioração nos termos de troca, com a queda relativa dos preços de seus produtos em comparação com os industrializados, prejudicando a acumulação de capital.

A teoria da dependência, desenvolvida por autores como Sunkel e Furtado e influenciada pela CEPAL, argumentava que o subdesenvolvimento era um produto histórico do colonialismo e imperialismo, perpetuando a subordinação dos países periféricos aos interesses dos países centrais, levando a um desenvolvimento desigual. Como solução, a CEPAL propôs a industrialização, diversificação do mercado externo e intervenção estatal para estimular o crescimento autônomo, focando no mercado interno, distribuição de renda, educação e políticas de bem-estar.



No entanto, a globalização dos anos 1990 exigiu um enfoque mais amplo e colaborativo para o desenvolvimento sustentável, e as ideias da CEPAL foram criticadas por economistas neoliberais e marxistas. Apesar disso, influenciaram significativamente as políticas de industrialização em muitos países da América Latina (SOUZA, 2005).

3 O PENSAMENTO NEOLIBERAL

Segundo Bresser (2009), a globalização transformou o mundo em um mercado integrado, onde Estados-nação, compostos por uma nação, um Estado e um território, são fundamentais. Para ele, um país desenvolvido possui um Estado forte que regula um mercado livre e eficiente. O Estado é essencial como regulador, protetor, indutor e produtor, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento econômico. Bresser critica a ideologia neoliberal, que defende um "Estado mínimo", retirando o Estado da produção de bens básicos, desmontando o Estado social, interrompendo seu papel em investimentos e desregulando mercados, acreditando na autorregulação. Ele conclui que o neoliberalismo é uma ideologia reacionária que favorece os ricos e prejudica o desenvolvimento econômico, causando instabilidade e desigualdade.

Batista (1994) explica que o Consenso de Washington visava reduzir o papel do Estado em dez áreas, promovendo a soberania do mercado. A privatização de monopólios estratégicos enfraquece o Estado, pois estes são cruciais para a política industrial. As críticas à eficiência das empresas estatais ignoram que suas gestões foram prejudicadas por políticas inflacionárias equivocadas, com o objetivo neoliberal de dismantelar a administração estatal indireta.

No Brasil, a transição demográfica e as políticas neoliberais promoveram a abertura econômica e aumentaram a dependência de commodities, marcando um rebaixamento na Divisão Internacional do Trabalho, onde o país passou de uma economia industrial complexa para uma economia dependente da produção e exportação de commodities (Pochmann, 2023).

a) *Desglobalização e Ascensão do Neoliberalismo*: No período pós-Guerra Fria, a globalização, liderada pelos Estados Unidos, redefiniu as relações econômicas mundiais. O Consenso de Washington (1989) promoveu políticas neoliberais, enfraquecendo os Estados nacionais em favor de corporações transnacionais. No Brasil, isso resultou em uma economia mais orientada para commodities, em detrimento da produção industrial (POCHMANN, 2023).

b) *Desindustrialização e Dependência de Commodities*: A desindustrialização brasileira foi agravada pela substituição da produção nacional por importações. Empresas optaram por importar bens acabados, levando ao fechamento de fábricas e ao aumento do desemprego. A especialização em commodities, embora tenha trazido divisas, deixou o Brasil vulnerável a flutuações nos preços globais (POCHMANN, 2023).

c) *Desemprego e Desigualdade*: A desindustrialização resultou em altas taxas de desemprego, especialmente em áreas anteriormente industriais. A transição do trabalho assalariado para formas de ocupação precária aumentou a desigualdade social. A crescente dependência de programas de assistência social ilustra o empobrecimento relativo da população. "O processo de garantia de renda orçamentária à crescente massa social sobrando do modelo de capitalismo rentista e primário-exportador permitiu que a parcela de brasileiros



vivendo de recursos públicos saltasse de menos de 3% do total da população, em 1985, para cerca de 40% em 2020.” (POCHMANN, 2023).

d) *Neocolonialismo*: A desindustrialização e a dependência de commodities transformaram o Brasil em um enclave econômico, com uma economia frágil e com desigualdades sociais crescentes. O neoliberalismo exacerbou esses problemas, enfraquecendo a economia industrial e agravando a desigualdade. Para reverter essa situação, políticas econômicas inclusivas e estratégias de diversificação econômica são necessárias para reconstruir uma base industrial sólida e criar empregos de qualidade para os brasileiros (POCHMANN, 2023).

4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O termo "desindustrialização" tem sido amplamente estudado por economistas. Rowthorn e Ramaswamy (1999) definiram inicialmente o conceito como a queda persistente da proporção de emprego industrial no total de empregos de um país ou região. Tregenna (2009, 2011) expandiu essa definição ao incluir a diminuição contínua do valor adicionado pela indústria ao Produto Interno Bruto (PIB).

Palma (2007) identificou, ao analisar dados de 105 países, um padrão de “U invertido” entre a renda per capita e o emprego industrial. Conforme a renda per capita aumenta, o emprego industrial inicialmente cresce, depois se estabiliza e, finalmente, diminui, especialmente em países desenvolvidos, abrindo espaço para o setor de serviços. No entanto, em alguns casos, ocorre uma "desindustrialização precoce", onde o emprego industrial diminui antes da renda per capita atingir níveis de países desenvolvidos.

Oreiro e Feijó (2010) destacam que, em países afetados pela "doença holandesa", o processo de desindustrialização ocorre antes de atingirem a maturidade industrial, resultando em uma especialização regressiva que reduz a taxa de crescimento econômico sustentável do país.

Os ortodoxos, como Silva (2014), argumentam que a desaceleração industrial no Brasil, durante os governos FHC e petistas, foi resultado de políticas de estímulo à demanda, que aumentaram os custos trabalhistas e reduziram a competitividade industrial. Eles também sugerem que o câmbio sobrevalorizado poderia modernizar a estrutura produtiva, diminuindo os custos de importação de bens de capital.

Por outro lado, os heterodoxos, especialmente os novos desenvolvimentistas, veem essa desaceleração como uma desindustrialização precoce causada pela "doença holandesa", resultante da valorização cambial devido ao crescimento das exportações de commodities, o que reduziu a competitividade da indústria brasileira (Silva, 2014).

Nassif (2012) sugere que a perda de participação da indústria no PIB brasileiro não foi desencadeada principalmente por reformas econômicas ou liberalização comercial, mas sim pela estagnação econômica, declínio da produtividade do trabalho e altas taxas de inflação nos anos 1980. Ele alerta que a sobrevalorização crônica do real desde o final dos anos 1980 poderia ter levado a uma desindustrialização precoce, comprometendo a competitividade industrial e, a longo prazo, o desenvolvimento econômico do Brasil.

O fenômeno da desindustrialização no Brasil, conforme Wilson Cano 2012, é complexo e multifacetado, refletindo uma série de políticas econômicas e tendências globais. Vamos explorar as principais razões apontadas e suas implicações na economia brasileira.



a) *Política Cambial e Abertura Desregulada*: A política cambial adotada a partir do Plano Real, com um câmbio excessivamente valorizado, teve um impacto negativo na competitividade da indústria brasileira no mercado internacional. Essa valorização, combinada com a abertura desregulada ao comércio internacional desde o governo Sarney, resultou na redução drástica do grau de proteção da indústria nacional frente à concorrência estrangeira.

b) *Taxa de Juros Elevada e Investimento*: A taxa de juros elevada no Brasil comparada à taxa de lucro tem desencorajado investimentos na indústria. Empresários, ao enfrentarem altos custos de empréstimos, hesitam em investir, levando ao envelhecimento e obsolescência de muitas operações industriais. Esse cenário inibe a inovação, reduz a produtividade e mina a competitividade do setor.

c) *Investimento Direto Estrangeiro e Mudança nos Mercados Globais*: O fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) mostrou uma tendência preocupante. A participação da indústria de transformação no IDE total caiu drasticamente desde os anos 1980, enquanto os setores de serviços e atividades financeiras ganharam destaque. A mudança de investimentos para países como a China, devido à mão de obra barata e à alta competitividade, agravou a situação brasileira. A perda de competitividade das exportações brasileiras e o aumento das importações prejudicaram ainda mais a indústria nacional.

d) *Desaceleração Econômica Global*: A desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e na União Europeia, intensificou a competição internacional. Políticas agressivas nesses mercados, juntamente com a ascensão da China como um concorrente poderoso, complicaram ainda mais a situação para a indústria brasileira. A concorrência global acirrada exacerbou a necessidade de uma indústria altamente competitiva e inovadora, o que o Brasil não conseguiu manter.

Entre 1998 e 2014, o Brasil passou por um processo de desindustrialização, marcado pela redução da participação do emprego industrial e do valor adicionado da manufatura, embora ainda houvesse crescimento positivo em algumas taxas de emprego e transformação industrial, indicando um cenário complexo que não se alinha totalmente às definições clássicas de desindustrialização (MAIA, 2020). Cypher (2016) aponta que o debate atual se concentra no comércio internacional e na hipótese da doença holandesa, com o crescimento das exportações de bens primários e a valorização do Real nos anos 2000, intensificando preocupações sobre déficits comerciais persistentes no setor manufatureiro.

4.1 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO GOVERNO FHC

A década de 1990 foi um período de transformações significativas no Brasil, marcado pela ascensão do neoliberalismo, que buscava reduzir o papel do Estado na economia e as políticas de bem-estar social (ANDERSON, 1995). O Consenso de Washington, junto com tratados de investimento e livre comércio, introduziu um novo modelo político-econômico na América Latina (ELÍAS, 2015). Durante esse período, o Brasil enfrentou a "década perdida" devido à instabilidade política, hiperinflação e crescimento negativo (CARCANHOLO, 2015).

Em 1990, o Plano Real foi implementado para combater a inflação, criando a Unidade Real de Valor (URV) e reduzindo gastos sociais, além de promover a privatização de empresas estatais (OURIQUES, 2013). As privatizações, no entanto, não reduziram o déficit público e aumentaram a dívida devido à utilização de "moedas podres" (BIONDI, 2003). O



governo FHC promoveu uma abertura econômica que aumentou a dívida externa e a dependência de capitais estrangeiros, agravando a vulnerabilidade econômica (PAULANI, 2003).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil passou por uma desindustrialização significativa, com políticas de abertura comercial, apreciação cambial e liberalização financeira recomendadas por agências internacionais (BRESSER, 2007). Essas políticas resultaram na apreciação da taxa de câmbio e reestruturação do setor industrial, levando ao fechamento de empresas, fusões, e à perda de empregos em setores como têxtil, máquinas, autopeças e eletrônicos (BRESSER, 2007). A desindustrialização foi parcialmente mitigada pela base industrial do país, construída entre 1930 e 1980, mas resultou em grandes conglomerados liderados por capital estrangeiro e desnacionalização das elites empresariais (BRESSER, 2007).

Entre 1990 e 2002, o Brasil enfrentou um retrocesso industrial devido a políticas neoliberais de privatização, abertura comercial e flexibilização trabalhista, levando à especialização em commodities de baixo valor agregado e transferência de mão de obra para setores menos produtivos, como agricultura e mineração (BORGES e CHADAREVIAN, 2010). A política econômica do Plano Real, com taxas de juros altas e câmbio apreciado, atraiu capital externo, mas desencorajou investimentos locais e favoreceu importações em detrimento da produção interna (Borges e Chadarevian, 2010).

4.2 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NOS GOVERNOS LULA E DILMA

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado em 2002, trouxe avanços sociais para a classe trabalhadora, mas, de acordo com Paulani (2003), manteve políticas econômicas alinhadas ao paradigma neoliberal, com uma abordagem monetária e fiscal ortodoxa para garantir "credibilidade" econômica. Mesmo com um discurso de esquerda, o PT preservou uma estrutura neoliberal, o que reforçou a dependência econômica e a vulnerabilidade do país.

Durante o governo Lula, as políticas de desenvolvimento não conseguiram reverter as tendências estruturais. Houve um aumento da desindustrialização e uma reprimarização da economia, com maior exportação de produtos primários e perda de espaço da indústria de transformação, além de um crescimento significativo da dependência tecnológica (GONÇALVES, 2011).

No governo Dilma Rousseff (2011-2014), o processo de desindustrialização se intensificou, especialmente na indústria de transformação, com setores como automotivo e de informática perdendo participação significativa na economia, o que resultou em uma queda expressiva da contribuição da indústria para o PIB brasileiro (ESPÓSITO, 2017).

Embora o Brasil tenha experimentado crescimento econômico entre 2001 e 2007, este foi insustentável. A crise financeira de 2008 expôs a fragilidade do modelo neoliberal, evidenciando a dependência de exportações primárias e a superexploração do trabalho, o que não foi suficiente para manter o crescimento econômico, deixando o país em uma posição de vulnerabilidade (CARCANHOLO, 2015).

No segundo semestre de 2012, o governo implementou uma série de ajustes com o objetivo de fomentar o investimento privado e diminuir os custos da indústria. Estas medidas incluíram: 1) a redução das taxas de juros em empréstimos, aumentando, assim, a margem de lucro; 2) a desvalorização da moeda; 3) a isenção de encargos previdenciários sobre a folha



salarial de setores específicos; 4) maior proteção comercial para determinados setores; 5) a isenção de impostos de importação para máquinas e equipamentos; 6) redução das tarifas de energia; 7) e um pacote de concessões em infraestrutura. No entanto, essas medidas não produziram os resultados esperados (SILVA, 2014).

Segundo Silva (2014), as políticas do governo Dilma buscavam equilibrar visões heterodoxas e ortodoxas. O governo aumentou tarifas de importação e tributação de capitais especulativos para evitar uma valorização excessiva do câmbio, com o Banco Central intervindo para manter o câmbio entre R\$ 1,90 e R\$ 2,10. Simultaneamente, adotou medidas para reduzir encargos previdenciários sobre a folha salarial de setores específicos, diminuindo os custos de produção.

Quando o crescimento econômico desacelerou, o governo começou a se preocupar com a inflação e a desaceleração da indústria. Além das medidas anteriores, o Banco Central reduziu as taxas de juros, apesar da inflação alta, adaptando a política monetária devido à crise econômica global. O governo buscou estimular o investimento privado e desvalorizar o câmbio sem prejudicar as contas externas, já que a economia brasileira estava relativamente estável e não era necessário aumentar drasticamente as taxas de juros para atrair investimentos e financiar o déficit em transações correntes (SILVA, 2014).

Silva (2014) argumenta que medidas temporárias de redução de custos apenas aumentam os lucros, sem estimular novos investimentos. Ele sugere que estímulos à inovação devem incluir créditos diferenciados para setores específicos e incentivos fiscais, além de garantir uma demanda interna sustentada pelo governo, como ocorreu no governo Lula, e ampliar investimentos em infraestrutura através do PAC. O objetivo central do governo, segundo Silva (2014), deve ser aumentar a produtividade e a competitividade dos produtos brasileiros. Entretanto, isso deve ser feito dentro das regras da OMC, pois medidas protecionistas podem ser contestadas internacionalmente e precisam estar alinhadas com a política macroeconômica do país.

Durante o governo Lula, o BNDES passou a financiar a expansão internacional de grandes conglomerados brasileiros, o que aumentou o fluxo de investimentos externos e consolidou o Brasil como um polo de capital na América Latina (BORGES e CHADAREVIAN, 2010). Embora a economia brasileira tenha se aberto consideravelmente, o governo adotou estímulos indiretos para promover a produção nacional e interromper a tendência de desindustrialização, incentivando o emprego industrial e a produção interna. Políticas sociais, como o Bolsa-Família, também ajudaram a fortalecer o mercado interno, aumentando o poder de compra da classe trabalhadora (BORGES e CHADAREVIAN, 2010). Apesar dessas mudanças, é difícil avaliar em que medida as políticas adotadas foram eficazes em termos de crescimento econômico e redução do impacto da crise de 2008. O Brasil expandiu-se durante um período de recursos externos abundantes, mas também enfrentou limitações devido às políticas econômicas anteriores (BORGES e CHADAREVIAN, 2010).

4.3 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

Desde o governo de Michel Temer, iniciado em maio de 2016, até o governo de Jair Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019, houve uma mudança profunda na política econômica do Brasil, com a adoção de uma agenda ortodoxa-liberal. Essa agenda incluiu reformas liberalizantes, como as reformas trabalhista e previdenciária, e reafirmou políticas econômicas ortodoxas, como uma política monetária conservadora para controlar a inflação, uma política



fiscal restritiva com o teto de gastos e uma política cambial mais flexível, visando maior conversibilidade do real (OREIRO e PAULA, 2019).

Oreiro e Paula (2019) destacam uma continuidade na abordagem econômica entre os governos Temer/Meirelles e Bolsonaro/Guedes, com ambos adotando políticas ortodoxas em um contexto de desaceleração econômica e redução do papel do Estado na economia. No entanto, essa abordagem é criticada por ser inadequada para sustentar um novo ciclo de crescimento, podendo perpetuar uma tendência de crescimento baixo a longo prazo.

A partir de 2015, tanto o setor de serviços quanto o setor industrial entraram em declínio, com exceção do setor agropecuário, que continuou a crescer, impulsionado pelas exportações. A recuperação nos demais setores foi lenta (OREIRO e PAULA, 2019). Do ponto de vista dos componentes de gastos do PIB, a maioria dos dispêndios, como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo, começou a declinar a partir de 2015, exceto pelas exportações, que se beneficiaram da desvalorização cambial em 2019 e do aumento nos preços das commodities em 2016. Esses fatores indicam um cenário de estagnação econômica, com uma demanda interna praticamente estagnada entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2019 (OREIRO e PAULA, 2019).

Uma das consequências mais notáveis da desindustrialização no Brasil, combinada com o aumento das exportações de commodities, é a tendência de "reprimarização" das exportações brasileiras. Desde 2007, observou-se um crescimento nas exportações líquidas de produtos básicos, enquanto o desempenho dos produtos manufaturados caiu significativamente, e os bens semimanufaturados mantiveram um desempenho relativamente estável (OREIRO e PAULA, 2019).

Oreiro e Paula (2019) apontam vários fatores para essas características recentes de desindustrialização. Um deles é a intensa concorrência com produtos chineses desde 2009, beneficiados por uma taxa de câmbio desvalorizada devido a uma política cambial ativa e controles sobre fluxos de capitais pelo governo chinês. Outro fator foi a redução acentuada da taxa de lucro das empresas industriais, causada pela combinação de uma taxa de câmbio valorizada e aumento dos lucros em alguns setores. A valorização do real entre 2004 e 2011 foi impulsionada pelo boom das commodities e o influxo de capitais estrangeiros em operações de "carry trade", toleradas pela política do Banco Central do Brasil.

Na perspectiva da demanda efetiva, Oreiro e Paula (2019) argumentam que um ajuste fiscal, como o proposto por Paulo Guedes, não necessariamente melhora a confiança empresarial, pois os empresários investem quando há demanda por seus produtos e perspectivas de lucro, não apenas por causa de ajustes fiscais. Em uma economia estagnada, como no Brasil desde 2017, a contração dos gastos públicos reduz a demanda agregada, prejudicando a recuperação econômica.

Além disso, Oreiro e Paula (2019) destacam que a atual abertura comercial em curso enfrenta problemas devido à sua implementação abrupta, sem uma combinação com outras políticas, como financiamento à atividade industrial, modernização da inovação e melhorias na infraestrutura logística. Essa abertura súbita pode expor a indústria nacional a uma concorrência internacional intensa, fragilizando ainda mais o setor, especialmente em um contexto de preparação para a 4ª Revolução Industrial.



5 COMO FICAM AS INDÚSTRIAS COM O BRICS

Com a vitória do Lula nas eleições de 2022, o aprofundamento das relações comerciais entre os países membros do BRICS torna-se uma real possibilidade. Um planejamento de política pública nos campos industrial e de ciência e tecnologia podem gerar reais possibilidades de desenvolvimento para o Brasil, no sentido de se estabelecer parcerias tecnológicas, especialmente com China e Índia, fazendo trocas mais rentáveis do que simplesmente a exportação de insumos básicos e commodities.

Albanaes (2023) analisa a relação de dependência econômica entre o Brasil e a China, destacando que, inicialmente, o Brasil introduziu políticas de substituição, mas crises econômicas e políticas neoliberais levaram à queda da indústria nacional. Enquanto isso, a China ascendeu como potência industrial, expandindo sua demanda por commodities brasileiras.

As dinâmicas entre o Brasil e a China refletem o modelo de comércio Centro-Periferia, em que a China depende mais de alimentos e recursos naturais do Brasil do que de produtos tecnológicos de alto valor agregado (BORGES E FERRO, 2021). A China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras de commodities, como minério de ferro e soja, enquanto as exportações de produtos industrializados diminuíram, aumentando a vulnerabilidade econômica do Brasil, especialmente durante a queda dos preços dessas commodities (ALBANAES, 2023). Apesar dos investimentos significativos e do papel central da China na balança comercial brasileira após a crise de 2008, a parceria reproduz uma dinâmica de dependência (Camargo, 2023). Embora a Iniciativa da Nova Rota da Seda ofereça oportunidades, ela também expõe o Brasil à concorrência internacional e a riscos econômicos se a China diversificar seus fornecedores de commodities (ALBANAES, 2023).

A necessidade de compensar o desenvolvimento nacional do Brasil ressalta a importância de políticas industriais e estratégias de longo prazo, evitando soluções superficiais que perpetuem a estagnação econômica (ALBANAES, 2023). As evidências contemporâneas indicam que é crucial discutir a história da desindustrialização e explorar futuros alternativos. O bloco BRICS pode desempenhar um papel vital na retomada da industrialização, desde que políticas públicas promovam alianças comerciais, industriais e tecnológicas, integradas com políticas sociais e ambientais, para garantir um desenvolvimento sustentável.

5.1 POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS INDUSTRIAIS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Como enfatiza Mazzucato (2016), os mercados não surgem espontaneamente; eles são moldados pelas interações entre agentes públicos e privados. Assim, as políticas públicas devem ir além de apenas corrigir "falhas de mercado" ou reduzir riscos do setor privado, assumindo um papel ativo na co-criação e modelagem dos mercados. É essencial explorar novas abordagens para orientar as políticas externas voltadas ao setor industrial.

Gadelha (2016) argumenta que o Estado deve atuar com um propósito público para coordenar processos inovadores necessários às mudanças estruturais. A atividade industrial, portanto, não deve ser vista apenas como um fim em si mesma, mas como um vetor essencial de uma estratégia para enfrentar grandes desafios nacionais. Esta visão ecoa a abordagem da SUDENE na "Operação Nordeste" de Celso Furtado, que integrava a produção produtiva com



o desenvolvimento social para solucionar problemas concretos. A ideia central é transformar a política produtiva e tecnológica em um eixo de integração entre políticas setoriais e regionais, unificando diretrizes e recursos.

Um setor industrial robusto e diversificado é crucial para o desenvolvimento de um país extenso e populoso como o Brasil, pois cria empregos de qualidade, promove inovações tecnológicas e demanda serviços de alto valor agregado. No entanto, o conceito tradicional de industrialização, mesmo com seus benefícios na modernização dos modos de produção, não é suficiente para enfrentar os desafios de um desenvolvimento que busque uma transformação social significativa, com redução das desigualdades e melhorias sociais (DWECK e ROSSI, 2019).

A busca por transformação produtiva deve considerar disparidades regionais, crises urbanas, desafios ambientais e a crise de sociabilidade do capitalismo moderno. Após a crise de 2008, o cenário internacional revela a necessidade de uma política industrial compensatória, refletida na desaceleração do comércio global e no ressurgimento de políticas industriais em larga escala, tanto em economias desenvolvidas quanto nos países dos BRICS. O aumento do protecionismo também evidencia a importância de estratégias nacionais de desenvolvimento produtivo (DWECK e ROSSI, 2019).

As políticas públicas devem focar em setores estratégicos como mobilidade urbana, saneamento básico, tecnologias verdes, habitação popular, produção de alimentos, saúde (especialmente na cadeia produtiva do SUS) e educação. Também é essencial desenvolver políticas específicas para regiões como a Amazônia e o semiárido, promovendo o desenvolvimento sustentável e incentivando o avanço tecnológico por meio de investimentos em infraestrutura de água e saneamento (DWECK e ROSSI, 2019).

Dweck e Rossi (2019) sugerem que essa abordagem aproveite a estrutura institucional existente, como Embrapa, Embrapii, Fiocruz e universidades públicas, para aplicar em larga escala tecnologias locais, fortalecendo a competitividade do setor privado e facilitando a transferência de tecnologia entre instituições, o que ajuda a enfrentar desafios sociais. A proposta visa mudar a lógica das políticas públicas, promovendo maior coesão nas estratégias de desenvolvimento. Historicamente, o debate econômico sobre políticas ambientais tem sido marcado pela ideia de que elas implicam sacrifícios ao desenvolvimento (CLUBE DE ROMA, 1972; DALY, 1991). Muitos estudos analisam os custos de transição para uma economia sustentável, considerando tanto os custos da ação quanto da inação (STERN, 2016; HUBERTY et al., 2011).

No entanto, os custos macroeconômicos de mitigação relatados no AR5 podem dar a impressão de que as economias funcionam melhor sem medidas para reduzir emissões. Críticas apontam que essa visão subestima os custos de não enfrentar a crise climática e os benefícios de uma economia de baixo carbono (PINDYCK, 2013; STERN, 2016; SCRIEIU, REZAI et al., 2013).

Nos anos 2000, houve uma mudança significativa na agenda internacional de políticas climáticas, impulsionada por relatórios importantes que destacaram a gravidade dos impactos das mudanças climáticas (BOYKOFF, 2011). O Relatório Stern (2007), um dos estudos mais influentes, concluiu que os benefícios de ações antecipadas para mitigar as mudanças climáticas superam significativamente seus custos.

No Brasil, as projeções indicam que as mudanças climáticas afetarão a economia, com o setor agrícola sendo especialmente vulnerável, agravando a pobreza e a insegurança alimentar e aumentando a vulnerabilidade externa do país devido ao impacto nas culturas de



exportação (GRAMKOW e GORDON, 2015; NASSIF et al., 2015). Embora a inação diante do aquecimento global possa prejudicar o desenvolvimento econômico, políticas climáticas ativas poderiam contribuir para o progresso do país. O relatório do IPCC (2018) destaca a necessidade de transformações sem precedentes nos sistemas energéticos, industriais e de infraestrutura para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Nesse contexto, surgem desafios e oportunidades para evitar ou superar fases intensivas em emissões de gases de efeito estufa (GEE), como ocorreu com as economias desenvolvidas (CEPAL, 2016). A crise econômica de 2008-2009 estimulou debates sobre como reconciliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental, resultando em conceitos como "recuperação verde", "estímulo verde", "investimentos verdes" e "desenvolvimento de baixo carbono" (BARBIER, 2009a; POLLIN et al., 2008; OCDE e IEA, 2010). O consenso emergente desses estudos é que a economia precisa evoluir para um modelo mais sustentável, que não só preserve o clima, mas também promova a recuperação econômica.

Essas propostas convergem na promoção da economia verde e do crescimento verde como ferramentas para alcançar o desenvolvimento sustentável, com destaque para o papel dos investimentos em tecnologias verdes e inovação (CAMILA GRAMKOW, 2019). No Brasil, as emissões de GEE aumentaram significativamente em 2015 e 2016 devido ao desmatamento (SEEG, 2018). Um pacote de estímulos verdes poderia acelerar a recuperação econômica e iniciar a transição para uma economia de baixo carbono, além de oferecer ao Brasil a oportunidade de avançar em seu desenvolvimento com um "Big Push Ambiental", conforme proposto pela CEPAL.

Em 2016, a CEPAL lançou o documento "Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável", que destaca a necessidade de uma mudança estrutural na América Latina e no Caribe, baseada em três tipos de eficiência: schumpeteriana, para promover inovação em processos intensivos em conhecimento; keynesiana, para gerar economias de escala e emprego; e ambiental, para desvincular o crescimento das emissões de GEE. A CEPAL propõe um "Big Push Ambiental" para promover um desenvolvimento sustentável e igualitário na região.

O conceito de *Big Push Ambiental* visa construir uma economia de alto valor agregado e baixo impacto ambiental, utilizando tecnologias modernas e inteligentes, como biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis e agricultura de baixo carbono. A rica biodiversidade e os conhecimentos tradicionais também são vistos como fontes de inovação verde, aplicando soluções baseadas na natureza para questões como gestão da água e agroecologia (CEPAL, 2016).

Nesse contexto, investimentos são fundamentais para estimular a demanda agregada e transformar a estrutura produtiva. Aumentar os níveis de investimento é crucial para acelerar a acumulação de capital e desenvolver capacidades tecnológicas, com políticas industriais, tecnológicas, educacionais, sociais e ambientais integradas, assegurando uma política climática alinhada ao desenvolvimento sustentável (CAMILA GRAMKOW, 2019).

A implementação do Big Push Ambiental no Brasil pode gerar benefícios ambientais e econômicos significativos. Um estudo de Gramkow (2017) indica que incentivos fiscais para tecnologias de baixo carbono na indústria poderiam acelerar investimentos, melhorar o saldo comercial externo e desenvolver capacidades tecnológicas em setores intensivos, aumentando a competitividade e reduzindo a dependência de exportações de produtos primários, além de favorecer o crescimento sustentável a longo prazo (Gramkow, 2019).



Além disso, a implementação de pacotes de estímulos verdes no setor industrial pode oferecer múltiplos benefícios, como a redução de emissões, o aumento da taxa de investimento, a melhora no desempenho externo e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Com uma combinação adequada de políticas, o Brasil, e possivelmente outros países em desenvolvimento, pode ser posicionado em uma trajetória de desenvolvimento econômico que seja também ambientalmente sustentável (IPCC, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de Crescimento por Substituição de Importações (SI), adotada após a Grande Depressão de 1929, buscou proteger a indústria nascente em países subdesenvolvidos, promovendo crescimento industrial interno, mas enfrentou críticas sobre distribuição de renda e eficiência econômica. A CEPAL, com líderes como Raúl Prebisch e Celso Furtado, defendeu a industrialização e a substituição de importações como essenciais para o desenvolvimento econômico, enquanto as teorias da dependência argumentavam que a subordinação aos países centrais persistia, mesmo com a independência formal.

O neoliberalismo, ao contrário, promoveu um Estado mínimo, reduzindo o papel estatal na economia, desregulando mercados e retirando o Estado de setores estratégicos. Isso levou à desindustrialização do Brasil, aumentando a dependência de commodities e a vulnerabilidade econômica. A transição para empregos precários e o aumento da desigualdade social também intensificaram a dependência de programas de assistência social.

Com o Brasil se tornando mais dependente de commodities e economicamente mais frágil, são necessárias políticas inclusivas e diversificação econômica para reconstruir uma base industrial sólida e promover empregos de qualidade. Cabe destacar razões para a desindustrialização no Brasil em quatro principais fatores:

a) *Política Cambial e Abertura Desregrada*: A política cambial com câmbio valorizado, combinada com a abertura ao comércio internacional desde o governo Sarney, impede a proteção da indústria brasileira contra a concorrência estrangeira.

b) *Taxa de Juros Elevada e Investimento*: Taxas de juros elevadas desencorajaram investimentos na indústria. A custódia de empréstimos altos levou à obsolescência de operações industriais, inibindo a inovação e prejudicando a competitividade.

c) *Investimento Direto Estrangeiro e Mudança nos Mercados Globais*: O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) contribuiu na indústria de transformação, enquanto os setores de serviços e atividades financeiras ganharam destaque. Investimentos em países como a China devido à mão de obra barata agravaram a situação brasileira.

d) *Desaceleração Econômica Global*: A desaceleração econômica global, especialmente nos EUA e na UE, junto com a ascensão da China como concorrente poderoso, intensificou a competição internacional e aumentou a necessidade de uma indústria altamente competitiva e inovadora, algo que o Brasil não conseguiu manter.

Embora o Brasil tenha registrado uma desaceleração relativa, as taxas de emprego industrial e o Valor da Transformação Industrial continuaram a crescer, apresentando um cenário que não se alinha às definições clássicas de desindustrialização. A relação com a China no contexto dos BRICS aumentou a dependência do Brasil de exportações de commodities, como minério de ferro e soja, tornando o país mais vulnerável às flutuações de preços, especialmente após a crise de 2008. Apesar dos benefícios econômicos, essa dependência excessiva gera preocupações.



Para revitalizar a economia, é necessário adotar políticas públicas inovadoras que reformulem as relações comerciais com a China e outros BRICS, focando em parcerias tecnológicas e estratégias sustentáveis de longo prazo, além de integrar políticas sociais e ambientais para garantir o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBANAES, Ramon Marques et al. **Dependência econômica no século XXI: a situação do Brasil na emergência da economia chinesa**. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. En: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARBIER, E. B. **A Global Green New Deal: executive summary**. Nairobi: UNEP, 2009a.
BARBIER, E. B. **Rethinking the Economic Recovery: A Global Green New Deal**. Nairobi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), 2009b.

BARUCO, G. C. da C. América Latina: Pensamento Social e Aprofundamento da Inserção Dependente no Capitalismo Contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n.41, p. 10-33, jun./set. 2015.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOYKOFF, M. **Who Speaks for the Climate?** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BORGES, Fábio; FERRO, Edith Venero. **O protagonismo da China na América Latina e seus impactos no MERCOSUL e na Aliança do Pacífico**. CLACSO, 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos avançados**, v. 23, p. 7-23, 2009.

BUSTELO, P. **Teorías contemporáneas del desarrollo económico**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

CAMARGO, Beatriz da Silva. **Brasil e China: uma Análise das Relações Comerciais entre 2008 e 2020**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831-851, 2012.



CAPUTO, O.; PIZARRO, R. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. **Cuadernos de Estudios Socio Económicos**, 12-13. Chile: Centro de Estudios Socio Economicos (CESO); Universidad de Chile, 1970.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo y Dependencia Contemporánea: La Actual Lucha de Clases por la Transformación Social. En: PUELLO-SOCORRÁS, J. F. et al. **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, Tendencias y Alternativas**. 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015.

CLUB OF ROME. **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável (LC/G.2660/Rev.1). Santiago, Chile, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

CYPHER, J. M. Emerging contradictions of Brazil's neo-developmentalism: precarious growth, redistribution, and deindustrialization. **Journal of Economic Issues**, v. 49, n. 3, p. 617-648, 2016.

DALY, H. E. Towards an Environmental Macroeconomics. **Land Economics**, vol.67, n. 2, p. 255-259, 1991.

DE MIRANDA BORGES, Fernando Tadeu; CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Economia Brasileira**. 2010.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?. **Revista Tempo Do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 143-160, 2016.

DINIZ, Eli; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2007.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. **Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade**. Santiago: CEPAL, 2019. LC/TS. 2019/27 LC/BRS/TS. 2019/3 p. 97-116.

ELÍAS, A. La Ofensiva del Capital Impulsa el Libre Comercio en América del Sur. En: PUELLO-SOCORRÁS, J. F. et al. **Neoliberalismo en América Latina**. Crisis, Tendencias y Alternativas. 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015.

ESPÓSITO, M. Desindustrialização no Brasil: uma Análise a partir da Perspectiva da Formação Nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n.46, p. 120-146, jan. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.



FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADELHA, C. A. G. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, H.; outros (orgs.). **O futuro do desenvolvimento: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho**. Campinas: UNICAMP, 2016.

GONÇALVES, R. Nacional-Desenvolvimentismo às avessas. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

GRAMKOW, Camila. De obstáculo a motor do desenvolvimento econômico: o papel da agenda climática no desenvolvimento. Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. Santiago: CEPAL, 2019. LC/TS. 2019/27 LC/BRS/TS. 2019/3 p. 97-116.

GRAMKOW, C. **Fiscal Policies for Green Growth: a case study of brazilian manufacturing sectors**. University of East Anglia, 2017.

GRAMKOW, C.; GORDON, J. L. Aspectos estruturais da economia brasileira: heterogeneidade estrutural e inserção externa de 1996 a 2009. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, p. 35-61, 2015.

HUBERTY, M.; outros. **Shaping the green growth economy: a review of the public debate and prospects for green growth**. Copenhagen: Green Growth Leaders, 2011.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5 °C. **Summary for policy makers**. Incheon, 2018.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2014. Synthesis Report, Summary for policymakers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1991.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e Sociedade**, v. 29, p. 549-579, 2020.

MARINI, R. M. América Latina: **dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/352990353/MARINI-Ruy-Mauro-Dialetica-da-Dependencia-pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.



MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974. v. 3.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal. Avaliação de Programas em CT&I**. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

MIKAEL, Lucas. Desindustrialização no Brasil: aspectos teóricos e empíricos. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 31, n. 2 (56), 2019.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 28, p. 72-96, 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, p. 219-232, 2010.

PETERS, G. P.; outros. Carbon Leakage from Implementing Reduced Deforestation Targets. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* (PNAS), 2012.

POMER, L.; BASSO, L. Análise sobre a desindustrialização Brasileira e possíveis impactos na inovação. **Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**. 2021.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. Política econômica pró-cíclica e desindustrialização: a experiência brasileira. *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 151-177, 2015.

ROCHA, Camila. **Pensando a dependência em tempos de crise**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 104, 2016.

SAES, J. L. O desenvolvimento sustentável e o Banco Mundial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 333-346, dez. 2006.

SILVA, Alzira. **Brasil-China: a desindustrialização brasileira na primeira década do século XXI**. Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, J. A **Tolice da Inteligência Brasileira**. São Paulo: LeYa, 2015.

VIGANÓ, Francesco. **A Transformação da China na Produção Global de Tecnologia e seu Impacto nas Relações Bilaterais Brasil-China**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso.

VILLANUEVA, F. Desarrollo sustentable y administración pública en América Latina. *Revista de Administración Pública, Madrid*, n. 152, p. 165-180, 2000.



WACKERMANN, Waldemar. **Aspectos regionais da globalização**. São Paulo: Contexto, 2007.

YANG, G. The Green Growth Development: Basic Concepts and Research Topics. **International Review for Spatial Planning and Sustainable Development**, vol.1, n. 1, 2013.